

P. 10/2018

----- **CONTRATO DE ADJUDICAÇÃO DA EMPREITADA DE DEMOLIÇÕES DE EDIFICAÇÕES QUE CONFINAM COM AS VIAS PÚBLICAS.** -----

----- No dia cinco do mês de março de dois mil e dezoito, no edifício dos Paços do Concelho, eu Artur Ferreira Gonçalves, na qualidade de Oficial Público da Câmara Municipal de Tondela, reduzo a escrito o presente Contrato, com os seguintes outorgantes: -----

-----**PRIMEIRO**-----

----- José António Gomes de Jesus, casado, natural e residente na freguesia e Concelho de Tondela, na qualidade de Presidente da Câmara Municipal de Tondela, outorgando em representação do Município de Tondela com o NIPC 506 822 680, por força do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 35.º, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro. -----

-----**SEGUNDO**-----

----- Amândio Ferreira de Carvalho, divorciado, natural da freguesia de Vila Nova de Monsarros, Concelho de Anadia e residente na freguesia de Arcos, do mesmo Concelho, com o NIF 101 887 639, com poderes para outorgar em representação da Sociedade por Quotas Cipriano Pereira de Carvalho & Filhos, Limitada, com o NIPC 501 387 080 e sede na dita freguesia de Vila Nova de Monsarros, Concelho de Anadia, conforme verifiquei pela Certidão Permanente do Contrato de Sociedade subscrita em dezassete de novembro de dois mil e dezassete, que arquivo sob o número um, titular do Alvará de empreiteiro de obras públicas com o número 792-PUB, que arquivo sob o número dois. -----

----- Verifiquei a identidade dos outorgantes pelo conhecimento pessoal que deles tenho, bem como dos poderes que legitimam a intervenção do primeiro outorgante neste ato. -----

----- Pelo primeiro outorgante foi dito que por seu despacho datado de 19/01/2018, que arquivo sob o número três, foi adjudicada à firma aqui representada pelo segundo outorgante e após procedimento por Ajuste Direto, a Empreitada de Demolições de Edificações que confinam com as Vias Públicas, de acordo com a sua proposta e correspondente lista de preços unitários que lhe serviu de base datada de 03/01/2018, que arquivo sob o número quatro. -----

----- A minuta deste contrato foi aprovada por despacho do Senhor Presidente da Câmara datado de 20/02/2018, que arquivo sob o número cinco. -----

----- O valor da presente adjudicação é de duzentos e dezanove mil setecentos e cinquenta euros, mais o Imposto sobre o Valor Acrescentado à taxa legal em vigor. -

----- Que esta empreitada é por série de preços e os pagamentos se efetuarão no prazo de sessenta dias após a receção pela Câmara das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva. -----

----- Em caso de atraso do contraente público no cumprimento de obrigações pecuniárias, tem o cocontratante direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, de acordo com o Caderno de Encargos, que arquivo sob o número seis. -----

----- Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a um por mil do preço contratual. -----

----- No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no parágrafo anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade. -----

----- O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento de prazos parciais de execução da obra, quando

recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução deste Contrato. -----

----- Que a revisão de preços será feita em conformidade com o artigo 6º do Decreto-Lei número 6/2004, de 06 de janeiro, de acordo com o estipulado no Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro e em articulação com o Despacho SEOP número 1592/2004, publicado no Diário da República, 2ª Série, número 19 de 23 de janeiro de 2004, sendo a fórmula tipo a aplicar a seguinte: -----

----- F07 – REABILITAÇÃO PROFUNDA DE EDIFÍCIOS. -----

----- Que esta empreitada deverá estar concluída quarenta dias após a assinatura do Auto de Consignação, prevendo-se o seu início em 06/03/2018 e o seu termo em 16/04/2018. -----

----- No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução dos trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor que sejam imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução. -----

----- Que na parte não especialmente prevista neste Contrato e Caderno de Encargos, se aplicarão as normas legais reguladoras do regime jurídico de Empreitadas e Fornecimentos de Obras Públicas, aprovadas pelo Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro. -----

----- Pelo segundo outorgante foi dito que aceita para a firma que aqui representa, a presente adjudicação com todas as obrigações que deste Contrato emergem, pela forma como fica exarado e documentos que dele fazem parte integrante e atrás

mencionados, renunciando a todo o benefício ou direito que de qualquer modo as possa limitar, restringir ou anular. -----

----- O encargo total deste contrato incluindo o Imposto Sobre o Valor Acrescentado à taxa legal de seis por cento, no montante de treze mil cento e oitenta e cinco euros, é de duzentos e trinta e dois mil novecentos e trinta e cinco euros. -----

----- Foram também apresentados pelo segundo outorgante e juntos a este processo, os seguintes documentos: -----

----- Documento número sete: Certidão validada via internet e emitida em nove de janeiro de dois mil e dezoito pelo Serviço de Finanças de Anadia, comprovativa de que tem a sua situação tributária regularizada. -----

----- Documento número oito: Declaração emitida automaticamente pelo Serviço Segurança Social Direta em catorze de dezembro de dois mil e dezassete, comprovativa de que tem a sua situação contributiva regularizada perante a Segurança Social. -----

----- Documento número nove: Garantia Bancária N° 20/2018-P no montante de dez mil novecentos e oitenta e sete euros e cinquenta cêntimos, correspondente ao valor de cinco por cento da importância do contrato, passada a favor do Município de Tondela pelo Banco BIC Português, S.A., em vinte e nove de janeiro de dois mil e dezoito, como garantia pelo cumprimento do contrato. -----

----- O encargo total deste contrato será satisfeito pelo capítulo 08-08-02, conforme Orçamento aprovado em Câmara e Assembleia Municipais para o corrente ano. -----

----- O compromisso de verba tem o número sequencial 26035/2018, datado de 23/02/2018. -----

----- Mais se consigna nos termos do disposto na alínea h) do artigo 96 do

Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta empreitada terá execução no
corrente ano. -----

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público:  _____

Decreto-Lei número 18/2008, de 29 de janeiro, que esta empreitada terá execução no corrente ano. _____

----- Assim o disseram.-----

-----O Primeiro Outorgante: _____

-----O Segundo Outorgante: _____

-----O Oficial Público: _____